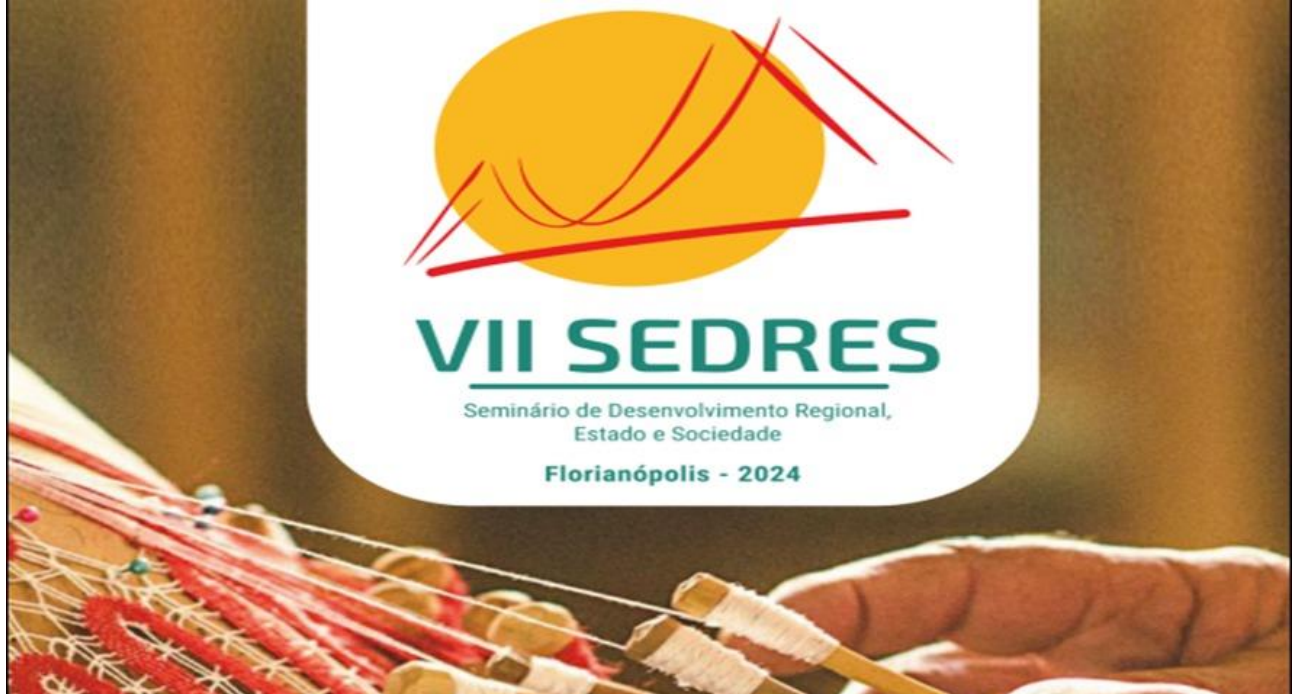




O REGIONAL NOS SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO: O QUE SIGNIFICA E PODE SIGNIFICAR

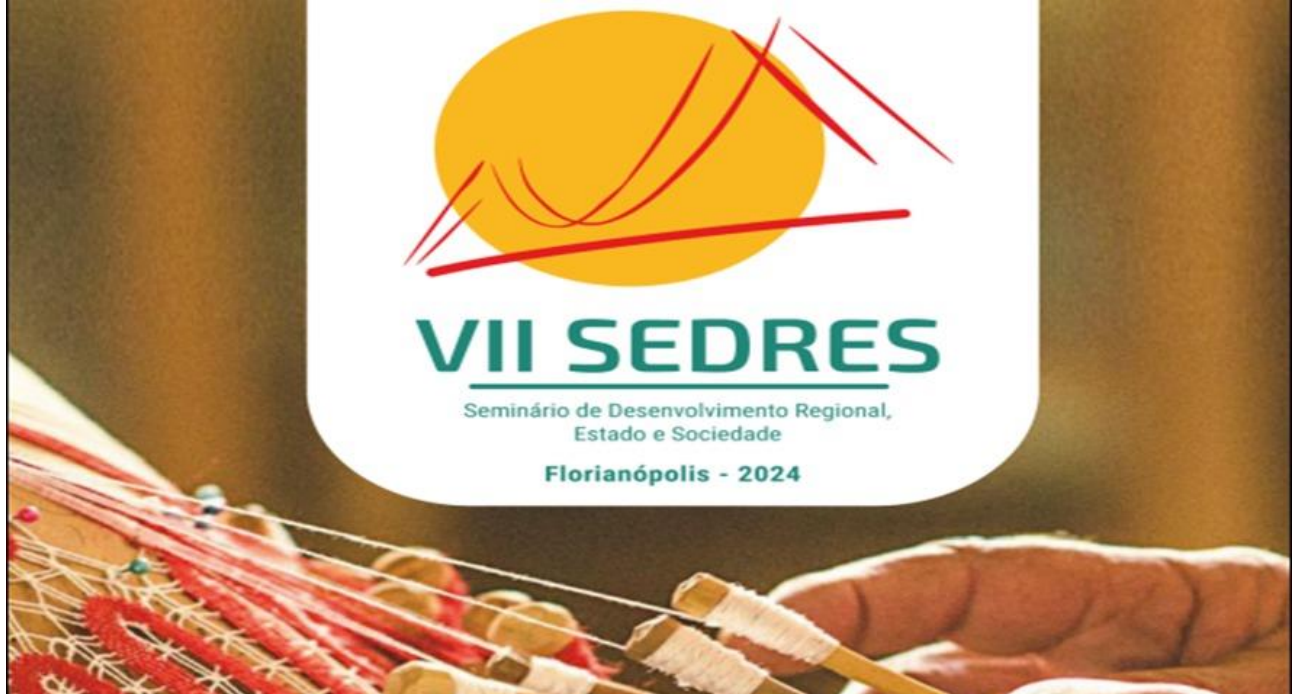
Questões teóricas e metodológicas do desenvolvimento

RESUMO

O trabalho consiste em uma revisão de literatura sobre a forma como o conceito de região tem sido tratado em estudos sobre os sistemas regionais de inovação (SRI). Existe uma crítica de que essa literatura não tem um rigor na conceitualizar a região. Concordamos parcialmente com esse posicionamento. É certo que a teorização sobre a região tem recebido uma preocupação menor em estudos sobre os SRI. Contudo, é possível classificar essa literatura em um eixo que define a região enquanto dimensão geográfica do processo produtivo, analisando uma coordenação que se estabelece no nível subnacional para ampliar a posição de uma região frente a outras em um contexto de competição global. O objetivo deste artigo é apresentar a conceitualização da região nos SRI e discutir uma possibilidade de avançar na proposição teórica desses estudos com uma reflexão mais aprofundada do conceito de região. Para isso, as contribuições do pensamento de Milton Santos são centrais.

ASPECTOS METODOLOGICOS

O trabalho consiste em uma revisão de literatura que busca reconhecer de forma crítica como a região foi tratada na literatura dos sistemas regionais de inovação (SRI). As ideias de Cooke, Uranga e Etxebarria (1997) derivam dos trabalhos sobre os SNI como uma proposta que visa captar diferentes estágios de evolução que marcam as economias regionais e identificar diferentes tipos de regiões, por exemplo, aquelas com alta performance tecnológicas e as regiões rurais ou periféricas. A região é definida pelos autores como “territórios menores que seu Estado, possuindo uma significativa capacidade de governança supralocal e um grau de coesão que a diferencia tanto do país quanto de outras regiões” (COOKE et al, 1997, p. 480, tradução nossa). O trabalho de Asheim e Gerler (2005), considerado um dos pioneiros no estudo dos SRI, segue o mesmo princípio de que o SRI replica uma racionalidade similar à do SNI para análise subnacional. Para os autores, o conceito de região destaca um “nível intermediário de governança do processo econômico que se estabelece entre o nível nacional e o nível individual do cluster de firmas” (ASHEIM; GERTLER, 2005, p. 299, tradução nossa).



RESULTADOS E DISCUSSÕES: POSSIBILIDADES DE AVANÇO

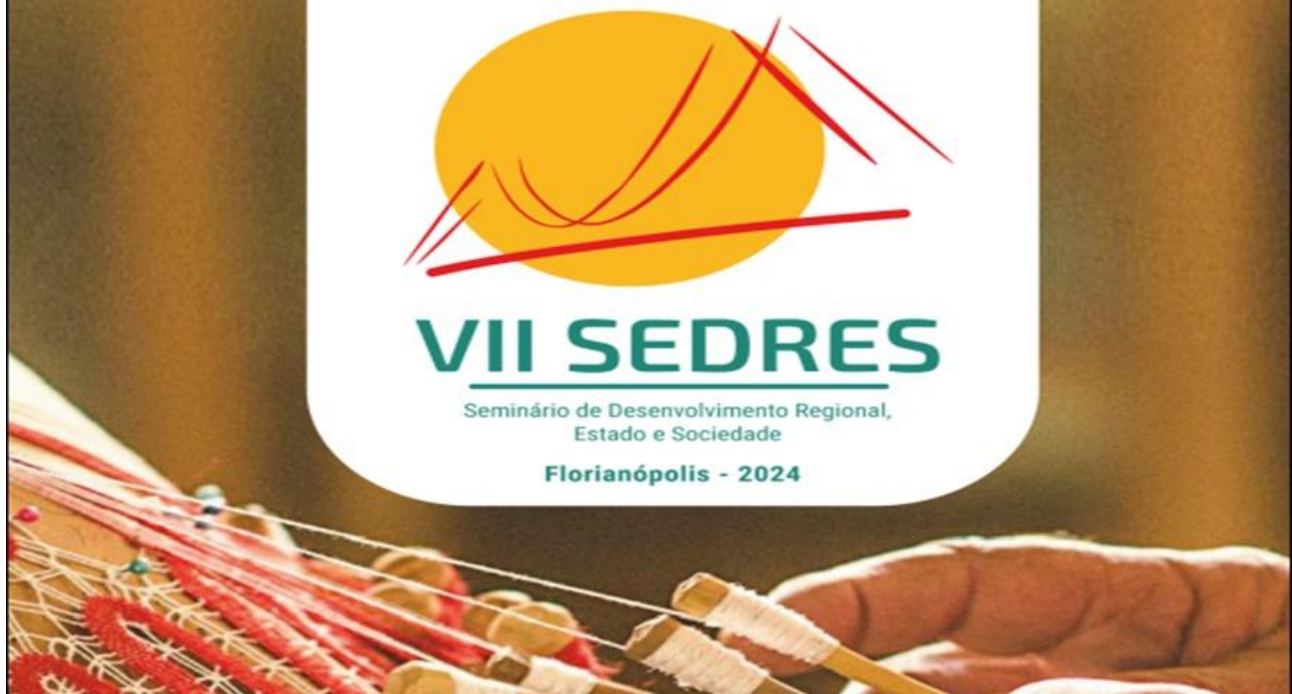
A forma de teorizar a região nos SRI revela uma característica temporal, associada ao período de expansão do neoliberalismo; territorial, associada às identidades regionais na Europa; e política, voltada às práticas da União Europeia de financiamento a entidades subnacionais inspiradas na ideia de competitividade regional. Nessa linha de pensamento, como demonstra Agnew (2000, p. 104), “o objetivo não é a equidade espacial, mas sim a eficiência económica regional em competição com outras regiões, tanto para o investimento de capital móvel como para uma atmosfera favorável ao crescimento e à expansão de empresas com raízes regionais.”.

O conceito de região deriva do conceito de espaço geográfico. Segundo Santos (2014a, p. 62), o espaço geográfico deve ser entendido como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. As relações do espaço geográfico se diferenciam segundo as formações socioespaciais. Esse conceito deriva da diferença entre as categorias de modo de produção e formação econômica-social no pensamento marxista (SANTOS, 1977), visando incorporar uma perspectiva crítica da Geografia à forma de compreensão do capitalismo junto à História, seguindo o entendimento de que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p. 14). O desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho dependem das relações internas às nações e relações entre as nações, sendo chave a reflexão em torno da organização política dos Estados Nacionais, das relações internacionais e das formas de desenvolvimento desigual interno às nações. No caso do Brasil, cabe a reflexão em torno de uma formação socioespacial periférica, que remete a um espaço dependente “onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos” (SANTOS, 2014b, p. 44).

Nesse entendimento, a região não pode ser definida enquanto unidade autônoma. “A ‘região’ não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A ‘região’ não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional” (SANTOS, 2014b, p. 43). A região deve ser pensada em articulação com o mundo e o país como uma oposição dialética entre racionalidades expressas pelas verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2014).

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

A reflexão que propomos pode contribuir no entendimento da relação inovação, desenvolvimento e região, fundamental para avançar em estudos “críticos sobre o desenvolvimento que privilegiem a região como escala de reflexão”, como proposto na Sessão Temática.



REFÊRENCIAS.

AGNEW, J. From the political economy of regions to regional political economy. **Progress in Human Geography**, 24, n. 1, p. 101-110, 2000.

ASHEIM, B.; GERTLER, M. The geography of innovation: regional innovation systems. In: FAGERBERG, J. e MOWREY, D. (Ed.). **The oxford handbook of innovation**. Oxford: OUP Oxford, 2005. p. 291-317.

COOKE, P.; URANGA, M. G.; ETXEBARRIA, G. Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, 26, p. 475-491, 1997.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, 1, n. 9, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. Estado-nação como espaço, totalidade e método. In: SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2014b.